

EDITAL

MUNICIPIO DE PONTAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0023/2026

Processo Administrativo nº 0052/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) MUNICIPIO DE PONTAL, CNPJ 45.352.267/0001-86, por meio do(a) Departamento de Licitação, sediado(a) GUILHERME SILVA, 337, bairro CENTRO, na cidade de PONTAL/SP, CEP 14180000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Sendo designado o Agente de Contratações o servidor **Guilherme Silva Teixeira Bassi**, em conformidade com a Portaria 145/2.025, de 11 de agosto de 2.025.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:.....das 08:00hs do dia 27/05/2026 até às 08:59 hs do dia 12/06/2.026

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:as 09:00 hs do dia 12/06/2.026

LOCAL: www.bll.org.br “Acesso Identificado”

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor valor unitário.

MODO DE DISPUTA: Aberto

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: não

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: a Rua Guilherme Silva, 337, bairro Centro, na cidade de Pontal/SP, CEP 14180-045.

E-mail: licitacao@pontal.sp.gov.br

Telefone: 16 3953-9999 – Ramal 238

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais terapêuticos destinados ao atendimento multidisciplinar em saúde conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

1.2. A licitação será dividida em 67 (sessenta e sete) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 8, 17, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 38, 39, 40, 52, 53, 54, 55, 56 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.6 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
item.

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	Brinquedo cesta de frutas e legumes com aproximadamente 14 peças. Produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unitário
2	Brinquedo caminhão cegonha com carrinho. Com aproximadamente 60 cm de comprimento e que contenha no mínimo 4 carrinhos. Produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unitário

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
3	Jogo de mesa educativo para raciocínio lógico Ligue 4. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unitário
4	Jogo de tabuleiro educativo de ação com letras. Trava letras. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unitário
5	Jogo infantil giro mágico com aproximadamente 8 peças produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unitário
6	Brinquedo tipo pula pirata produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unitário
7	Brinquedo produzido em plástico kit médico infantil com itens como termômetro, tesoura, estetoscópio entre outros. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unitário
8	Quebra cabeça com aproximadamente 60 peças	Unitário
9	Brinquedo tipo fazendinha, produzido em madeira ou plástico tipo fazendinha com animais em miniatura. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unitário
10	Jogo de blocos de madeira para construir com aproximadamente 20 peças	Unitário
11	Brinquedo infantil produzido em plástico kit ferramentas. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unitário
12	Brinquedo jogo de memória em produzido em papel cartão.	Unitário
13	Livro Protocolo IPPL Protocolo de identificação precoce dos problemas de leitura. Autor Capellini.	Unitário
14	Conjunto de mesa com 4 cadeiras infantil. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unitário
15	Tube de ressonância para exercício vocal produzido em silicone com aproximadamente 35cm	Unitário
16	Exercitador e incentivador respiratório. Tipo Respirom	Unitário
17	Corante alimentar líquido azul	Unitário
18	Exercitador de língua. Kit com 3 unidades em plástico. Indicado para uso fonoaudiológico.	Unitário
19	Disco inflável para exercício de equilíbrio com bomba de ar, que	Unitário

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
	suporte até 150 kg. Produto vinílico resistente.	
20	Kit quadro branco 60cm x 40cm com canetas e apagador	Unitário
21	Pacote de elásticos em látex coloridos n° 18. Contendo 100 gramas.	Unitário
22	Corda de pular produzida em PVC com aproximadamente 2,5 m	Unitário
23	Kit funcional em fisioterapia, kit composto por 5 argolas e 5 cones para desenvolvimento de agilidade.	Unitário
24	Bambolê para atividade física 60 centímetros de diâmetro	Unitário
25	Kit pregador de roupa em plástico	Unitário
26	Pote de massa de modelar com base em amido. Pote com 500 gramas. atóxico	Unitário
27	Areia mágica cinética pote com 200 gramas. Produto atóxico.	Unitário
28	Pacote de pompons de cores diversas produzido em 100% poliéster com bolinhas de 20 mm de diâmetro	Unitário
29	Placa de alinhavo para coordenação motora	Unitário
30	Caixa de escrita sensorial com areia produzido em madeira, com letras do alfabeto e 2 pacotes de areia sensorial	Unitário
31	Tapete sensorial com no mínimo 5 cores e texturas diferentes	Unitário
32	Caixa em MDF cru 10x10x5cm	Unitário
33	Porta retrato em MDF 10x15cm	Unitário
34	Porta guardanapo em MDF retangular ou meia lua	Unitário
35	Linha de Crochê Anne 500 cores diversas	Unitário
36	Linha de Crochê Clea 500 cores diversas	Unitário
37	Linha para bordado à mão Meada Anchor cores diversas	Unitário
38	Agulha para crochê 1,5mm	Unitário
39	Agulha para crochê 2,0mm	Unitário
40	Agulha para bordado n° 22	Unitário
41	Agulha para bordado n° 24	Unitário
42	Agulha para bordado n° 26	Unitário
43	Tecido de étamine para bordado 100% algodão. 10 metros	Unitário

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
44	Tecido Tricoline para artesanato estampa diversas. 10 metros.	Unitário
45	Pano de copa branco em 100% algodão. De medidas aproximadas de 40x70 centímetros.	Unitário
46	Camiseta branca reta, gola canoa em 100% algodão em algodão para customização tamanho Médio.	Unitário
47	Camiseta branca reta, gola canoa em 100% algodão em algodão para customização tamanho Grande.	Unitário
48	Tela branca para pintura 20x30cm	Unitário
49	Tela branca para pintura 40x60cm	Unitário
50	Tinta para tecidos, pote com 37 ml aproximadamente cores conforme solicitação	Unitário
51	Tinta Acrílica para artesanato 100 gramas cores diversas conforme solicitação	Unitário
52	Pincel chato para artesanato n° 16	Unitário
53	Pincel chato para artesanato n°12	Unitário
54	Pincel chato para artesanato n°10	Unitário
55	Pincel chato para artesanato n°08	Unitário
56	Pincel chato para artesanato n°02	Unitário
57	Pistola de cola quente 7mm	Unitário
58	Pistola de cola quente 11mm	Unitário
59	Bastão de cola quente 7mm pacote c/ 500 gramas	Unitário
60	Bastão de cola quente 11mm pacote com 500 gramas	Unitário
61	Papel Canson para desenhos gramatura de 140g/m A4. Bloco com 20 folhas	Unitário
62	Papelão Paraná natural n°120 520 gramas 80x100cm. Pacote com 10 unidades	Unitário
63	Massa de modelar 12 cores 90 gramas	Unitário
64	Palito para picolé em madeira. Pacote com 100 unidades	Unitário
65	Fio de elástico em silicone para confecção de bijuteria 8mm por 100 metros.	Unitário
66	Fecho modelo tipo lagosta em metal 15mm	Unitário

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
67	Kit miçangas para pulseira pacote com 1000 unidades cores diversas	Unitário

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	Brinquedo cesta de frutas e legumes com aproximadamente 14 peças. Produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	R\$ 0,01
2	Brinquedo caminhão cegonha com carrinho. Com aproximadamente 60 cm de comprimento e que contenha no mínimo 4 carrinhos. Produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	R\$ 0,01
3	Jogo de mesa educativo para raciocínio lógico Ligue 4. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	R\$ 0,01
4	Jogo de tabuleiro educativo de ação com letras. Trava letras. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	R\$ 0,01
5	Jogo infantil giro mágico com aproximadamente 8 peças produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	R\$ 0,01
6	Brinquedo tipo pula pirata produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	R\$ 0,01
7	Brinquedo produzido em plástico kit médico infantil com itens como termômetro, tesoura, estetoscópio entre outros. Produto deve conter	R\$ 0,01

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
	conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	
8	Quebra cabeça com aproximadamente 60 peças	R\$ 0,01
9	Brinquedo tipo fazendinha, produzido em madeira ou plástico tipo fazendinha com animais em miniatura. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	R\$ 0,01
10	Jogo de blocos de madeira para construir com aproximadamente 20 peças	R\$ 0,01
11	Brinquedo infantil produzido em plástico kit ferramentas. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	R\$ 0,01
12	Brinquedo jogo de memória em produzido em papel cartão.	R\$ 0,01
13	Livro Protocolo IPPL Protocolo de identificação precoce dos problemas de leitura. Autor Capellini.	R\$ 0,01
14	Conjunto de mesa com 4 cadeiras infantil. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	R\$ 0,01
15	Tubo de ressonância para exercício vocal produzido em silicone com aproximadamente 35cm	R\$ 0,01
16	Exercitador e incentivador respiratório. Tipo Respirom	R\$ 0,01
17	Corante alimentar líquido azul	R\$ 0,01
18	Exercitador de língua. Kit com 3 unidades em plástico. Indicado para uso fonoaudiológico.	R\$ 0,01
19	Disco inflável para exercício de equilíbrio com bomba de ar, que suporte até 150 kg. Produto vinílico resistente.	R\$ 0,01
20	Kit quadro branco 60cm x 40cm com canetas e apagador	R\$ 0,01
21	Pacote de elásticos em látex coloridos n° 18. Contendo 100 gramas.	R\$ 0,01
22	Corda de pular produzida em PVC com aproximadamente 2,5 m	R\$ 0,01
23	Kit funcional em fisioterapia, kit composto por 5 argolas e 5 cones para desenvolvimento de agilidade.	R\$ 0,01
24	Bambolê para atividade física 60 centímetros de diâmetro	R\$ 0,01
25	Kit pregador de roupa em plástico	R\$ 0,01

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
26	Pote de massa de modelar com base em amido. Pote com 500 gramas. atóxico	R\$ 0,01
27	Areia mágica cinética pote com 200 gramas. Produto atóxico.	R\$ 0,01
28	Pacote de pompons de cores diversas produzido em 100% poliéster com bolinhas de 20 mm de diâmetro	R\$ 0,01
29	Placa de alinhavo para coordenação motora	R\$ 0,01
30	Caixa de escrita sensorial com areia produzido em madeira, com letras do alfabeto e 2 pacotes de areia sensorial	R\$ 0,01
31	Tapete sensorial com no mínimo 5 cores e texturas diferentes	R\$ 0,01
32	Caixa em MDF cru 10x10x5cm	R\$ 0,01
33	Porta retrato em MDF 10x15cm	R\$ 0,01
34	Porta guardanapo em MDF retangular ou meia lua	R\$ 0,01
35	Linha de Crochê Anne 500 cores diversas	R\$ 0,01
36	Linha de Crochê Clea 500 cores diversas	R\$ 0,01
37	Linha para bordado à mão Meada Anchor cores diversas	R\$ 0,01
38	Agulha para crochê 1,5mm	R\$ 0,01
39	Agulha para crochê 2,0mm	R\$ 0,01
40	Agulha para bordado n° 22	R\$ 0,01
41	Agulha para bordado n° 24	R\$ 0,01
42	Agulha para bordado n° 26	R\$ 0,01
43	Tecido de étamine para bordado 100% algodão. 10 metros	R\$ 0,01
44	Tecido Tricoline para artesanato estampa diversas. 10 metros.	R\$ 0,01
45	Pano de copa branco em 100% algodão. De medidas aproximadas de 40x70 centímetros.	R\$ 0,01
46	Camiseta branca reta, gola canoa em 100% algodão em algodão para customização tamanho Médio.	R\$ 0,01
47	Camiseta branca reta, gola canoa em 100% algodão em algodão para customização tamanho Grande.	R\$ 0,01
48	Tela branca para pintura 20x30cm	R\$ 0,01

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
49	Tela branca para pintura 40x60cm	R\$ 0,01
50	Tinta para tecidos, pote com 37 ml aproximadamente cores conforme solicitação	R\$ 0,01
51	Tinta Acrílica para artesanato 100 gramas cores diversas conforme solicitação	R\$ 0,01
52	Pincel chato para artesanato n° 16	R\$ 0,01
53	Pincel chato para artesanato n°12	R\$ 0,01
54	Pincel chato para artesanato n°10	R\$ 0,01
55	Pincel chato para artesanato n°08	R\$ 0,01
56	Pincel chato para artesanato n°02	R\$ 0,01
57	Pistola de cola quente 7mm	R\$ 0,01
58	Pistola de cola quente 11mm	R\$ 0,01
59	Bastão de cola quente 7mm pacote c/ 500 gramas	R\$ 0,01
60	Bastão de cola quente 11mm pacote com 500 gramas	R\$ 0,01
61	Papel Canson para desenhos gramatura de 140g/m A4. Bloco com 20 folhas	R\$ 0,01
62	Papelão Paraná natural n°120 520 gramas 80x100cm. Pacote com 10 unidades	R\$ 0,01
63	Massa de modelar 12 cores 90 gramas	R\$ 0,01
64	Palito para picolé em madeira. Pacote com 100 unidades	R\$ 0,01
65	Fio de elástico em silicone para confecção de bijuteria 8mm por 100 metros.	R\$ 0,01
66	Fecho modelo tipo lagosta em metal 15mm	R\$ 0,01
67	Kit miçangas para pulseira pacote com 1000 unidades cores diversas	R\$ 0,01

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em

coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos

para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.pontal.sp.gov.br>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://blcompras.com>

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.pontal.sp.gov.br>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.11.3. ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

16.11.4. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES

Pontal , 28 de maio de 2026

.....
Humberto da Silva

Secretário Municipal de Saúde - Ordenador de Despesas

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: d7a6061779719717436

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO/OBJETO

Objeto da contratação: Aquisição de materiais terapêuticos para atendimento multidisciplinar em saúde.

A presente contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**. O fornecimento dos itens ocorrerá de forma **parcelada, conforme a necessidade da Administração**, mediante emissão de ordem de fornecimento, durante o período de vigência da ata de registro de preços. Os quantitativos estimados indicados neste Termo de Referência representam mera previsão de consumo, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração.

O parcelamento do fornecimento visa assegurar os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Trata-se da necessidade da aquisição de material terapêutico para atendimento dos profissionais de saúde das áreas de fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia e fonoaudiologia. Os mesmos serão utilizados para fins terapêuticos dos pacientes atendidos por esses profissionais, a aquisição visa garantir o bom atendimento aos pacientes atendidos por esta secretaria de saúde.

1.2 DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

A adoção da modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, justifica-se em razão da natureza comum do objeto, consistente no fornecimento de brinquedos e jogos educativos, tecidos, tintas e materiais para fisioterapia e fonoaudiologia, com especificações usuais de mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O Pregão Eletrônico mostra-se a alternativa mais vantajosa à Administração por assegurar maior competitividade, ampliação da disputa entre fornecedores, transparência, celeridade processual e obtenção da proposta mais vantajosa, especialmente em razão da possibilidade de lances sucessivos. A forma eletrônica amplia o universo de participantes, favorecendo a obtenção de melhores preços e maior economicidade.

Ressalta-se que a adoção de modalidade diversa, como a dispensa de licitação, não se mostra adequada ao caso concreto, uma vez que o objeto não se enquadra nas hipóteses legais restritivas que autorizam a contratação direta. Além disso, a realização de procedimento

competitivo garante maior segurança jurídica, transparência e observância aos princípios da isonomia, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, o Pregão Eletrônico revela-se a modalidade mais apropriada e alinhada ao interesse público para a presente contratação

1.3 DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Brinquedo cesta de frutas e legumes com aproximadamente 14 peças. Produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	unidade	02
2	Brinquedo caminhão cegonha com carrinho. Com aproximadamente 60 cm de comprimento e que contenha no mínimo 4 carrinhos. Produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02
3	Jogo de mesa educativo para raciocínio lógico Ligue 4. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02
4	Jogo de tabuleiro educativo de ação com letras. Trava letras. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02
5	Jogo infantil giro mágico com aproximadamente 8 peças produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02
6	Brinquedo tipo pula pirata produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02
7	Brinquedo produzido em plástico kit médico infantil com itens como termômetro, tesoura, estetoscópio entre outros. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02
8	Quebra cabeça com aproximadamente 60 peças	Caixas	04
9	Brinquedo tipo fazendinha, produzido em madeira ou plástico tipo fazendinha com animais em miniatura. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Kit	02
10	Jogo de blocos de madeira para construir	kit	02

	com aproximadamente 20 peças		
11	Brinquedo infantil produzido em plástico kit ferramentas. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	kit	02
12	Brinquedo jogo de memória em produzido em papel cartão.	kit	02
13	Livro Protocolo IPPL (Protocolo de identificação precoce dos problemas de leitura. Autor Capellini.	Unidade	02
14	Conjunto de mesa com 4 cadeiras infantil. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Conjunto	01
15	Tubo de ressonância para exercício vocal produzido em silicone com aproximadamente 35cm	Unidades	05
16	Exercitador e incentivador respiratório. Tipo Respirom	Unidades	02
17	Corante alimentar líquido azul	Unidades	01
18	Exercitador de língua. Kit com 3 unidades em plástico. Indicado para uso fonoaudiológico.	Kit	01
19	Disco inflável para exercício de equilíbrio com bomba de ar, que suporte até 150 kg. Produto vinílico resistente.	Unidade	01
20	Kit quadro branco 60cm x 40cm com canetas e apagador	Kit	01
21	Pacote de elásticos em látex coloridos nº 18. Contendo 100 gramas.	Pacote	05
22	Corde de pular produzida em PVC com aproximadamente 2,5 m	Unidade	01
23	Kit funcional em fisioterapia, kit composto por 5 argolas e 5 cones para desenvolvimento de agilidade.	kit	01
24	Bambolê para atividade física 60 centímetros de diâmetro	Unidade	05
25	Kit pregador de roupa em plástico	Kit	04
26	Pote de massa de modelar com base em amido. Pote com 500 gramas. atóxico	Pote	03
27	Areia mágica cinética pote com 200 gramas. Produto atóxico.	Pote	02
28	Pacote de pompons de cores diversas produzido em 100% poliéster com bolinhas de 20 mm de diâmetro	Pacote	01
29	Placa de alinhavo para coordenação motora	Unidade	01
30	Caixa de escrita sensorial com areia produzido em madeira, com letras do alfabeto e 2 pacotes de areia sensorial	Kit	01
31	Tapete sensorial com no mínimo 5 cores e texturas diferentes	Unidade	01
32	Caixa em MDF cru 10x10x5cm	Unidade	30

33	Porta retrato em MDF 10x15cm	Unidade	30
34	Porta guardanapo em MDF retangular ou meia lua	Unidade	30
35	Linha de Crochê Anne 500 cores diversas	Rolos	03
36	Linha de Crochê Clea 500 cores diversas	Rolos	03
37	Linha para bordado à mão Meada Anchor cores diversas	Unidade	20
38	Agulha para crochê 1,5mm	Unidade	05
39	Agulha para crochê 2,0mm	Unidade	05
40	Agulha para bordado n° 22	Unidade	10
41	Agulha para bordado n° 24	Unidade	10
42	Agulha para bordado n° 26	Unidade	10
43	Tecido de étamine para bordado 100% algodão. 10 metros	Metros	10
44	Tecido Tricoline para artesanato estampa diversas. 10 metros.	Metros	10
45	Pano de copa branco em 100% algodão. De medidas aproximadas de 40x70 centímetros.	Unidade	50
46	Camiseta branca reta, gola canoa em 100% algodão em algodão para customização tamanho Médio.	Unidade	10
47	Camiseta branca reta, gola canoa em 100% algodão em algodão para customização tamanho Grande.	Unidade	10
48	Tela branca para pintura 20x30cm	Unidade	50
49	Tela branca para pintura 40x60cm	Unidade	04
50	Tinta para tecidos, pote com 37 ml aproximadamente (cores conforme solicitação)	Unidade	30
51	Tinta Acrílica para artesanato 100 gramas (cores diversas conforme solicitação)	Unidade	50
52	Pincel chato para artesanato n° 16	Unidade	05
53	Pincel chato para artesanato n°12	Unidade	05
54	Pincel chato para artesanato n°10	Unidade	05
55	Pincel chato para artesanato n°08	Unidade	05
56	Pincel chato para artesanato n°02	Unidade	05
57	Pistola de cola quente 7mm	Unidade	03
58	Pistola de cola quente 11mm	Unidade	03
59	Bastão de cola quente 7mm pacote c/ 500 gramas	Pacote	03
60	Bastão de cola quente 11mm pacote com 500 gramas	Pacote	03
61	Papel Canson para desenhos gramatura de 140g/m A4. Bloco com 20 folhas	Pacote	05
62	Papelão Paraná natural n°120 520 gramas 80x100cm. Pacote com 10 unidades	Unidade	05
63	Massa de modelar 12 cores 90 gramas	Caixa	20
64	Palito para picolé em madeira. Pacote com 100 unidades	Pacote	05
65	Fio de elástico em silicone para confecção de bijuteria 8mm por 100 metros.	Rolo	06
66	Fecho modelo tipo lagosta em metal 15mm.	Unidade	100
67	Kit miçangas para pulseira pacote com 1000 unidades (cores diversas)	Pacote	05

1.4. DA REGULARIDADE E CERTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

Alguns itens elencados acima, tais como jogos e brinquedos educativos, deverão obrigatoriamente conter conforme legislação vigente, número de registro ou certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) ou mesmo comprovar a dispensa para o registro.

Os produtos classificados como dispositivos médicos deverão estar regularizados conforme a Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 751/2022, ou outra norma que vier a substituí-la, devendo atender aos requisitos de segurança, eficácia, rotulagem e regularização sanitária estabelecidos pela autoridade competente.

Para os itens sujeitos à certificação compulsória, será igualmente obrigatória a comprovação de conformidade junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (**INMETRO**), mediante apresentação de selo ou certificado válido, conforme regulamentação aplicável.

1.5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de R\$ 7.674,33 (Sete mil seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos).

1.6. DA CONTRATAÇÃO.

A contratação será por itens.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1.2. SUSTENTABILIDADE

Considerando a natureza dos materiais, os impactos ambientais são considerados de baixa relevância, restringindo-se principalmente à geração de resíduos decorrentes do uso regular dos itens.

A contratada deverá orientar, quando aplicável, quanto às boas práticas de armazenamento e descarte, contribuindo para a redução de impactos ambientais no âmbito da Sistema Único de Saúde (SUS).

1.3. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

1.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1.1. Condições de Entrega

As entregas deverão ocorrer no prédio da Secretaria Municipal de Saúde, rua Guilherme Silva nº 209. Centro. CEP: 14180-045. De segundas às sextas feiras das 7h às 17h.

1.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

1.3. Vigência (Validade, Formalização da Ata de Registro de Preços e Cadastro Reserva)

A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, sendo que prorrogação implicará na renovação do quantitativo da ata de registro de preços proporcionalmente ao período de renovação, nos termos do Parecer nº 00075/2024/Decor/CGU/AGU – Advocacia-Geral da União

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

1.4. Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

1.5. Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

1.6. Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

1.7. Gestor do Contrato

Cabe ao gestor do contrato:

1.7.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

1.7.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

1.7.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

1.7.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

1.7.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

1.7.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

1.7.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der Causa À Inexecução Parcial Do Contrato;
- b) Der Causa À Inexecução Parcial Do Contrato Que Cause Grave Dano À Administração Ou Ao Funcionamento Dos Serviços Públicos Ou Ao Interesse Coletivo;
- c) Der Causa À Inexecução Total Do Contrato;
- d) Ensejar O Retardamento Da Execução Ou Da Entrega Do Objeto Da Contratação Sem Motivo Justificado;
- e) Apresentar Documentação Falsa Ou Prestar Declaração Falsa Durante A Execução Do Contrato;
- f) Praticar Ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-Se De Modo Inidôneo Ou Cometer Fraude De Qualquer Natureza;
- h) Praticar Ato Lesivo Previsto No Art. 5º Da Lei Nº 12.846, De 1º De Agosto De 2013.

1.8. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

1.8.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.8.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.8.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

1.8.4 Multa:

1.8.4.1. para as infrações descritas no item “d”, de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

1.8.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

1.8.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

1.8.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (**um** por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

1.8.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

1.8.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

1.8.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

1.8.4.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.8.5 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

1.8.6 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- 1.8.7 A Natureza E A Gravidade Da Infração Cometida;
- 1.8.8 As Peculiaridades Do Caso Concreto;
- 1.8.9 As Circunstâncias Agravantes Ou Atenuantes;
- 1.8.10 Os Danos Que Dela Provierem Para O Contratante e
- 1.8.11 A Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

1.9. Recebimento

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de

Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (DOIS) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (TRINTA) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.

Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

1.10. Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 1.10.1 O Prazo De Validade;
- 1.10.2 A Data Da Emissão;
- 1.10.3 Os Dados Do Contrato E Do Órgão Contratante;
- 1.10.4 O Período Respectivo De Execução Do Contrato;
- 1.10.5 O Valor A Pagar; e

1.10.6 Eventual Destaque Do Valor De Retenções Tributárias Cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

1.10.7 Verificar A Manutenção Das Condições De Habilitação Exigidas;

1.10.8 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

1.11. Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

1.12. Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

1.13. Reajuste

Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Após o interregno de um ano, e dependente de pedido do Contratado, os preços iniciais poderão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

1.14. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

INFORMAÇÃO: Em caso de Dispensa de licitação será formalizado o contrato entre as partes, de forma que a solicitação seja atendida em sua totalidade, não podendo haver orçamentos on line, apenas diretamente com empresas.

1.15. Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será PARCELADO, conforme necessidade e sem que haja previsão de pedido mínimo ao fornecedor.

1.16. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

1.17. Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.18. Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.19. Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

1.20. Qualificação Técnica

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

1.20.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

1.20.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

1.20.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

1.21. Disposições gerais sobre habilitação

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de **R\$ 7.674,33** (Sete mil seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos).

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Brinquedo cesta de frutas e legumes com aproximadamente 14 peças. Produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	unidade	02	R\$ 42,97	R\$ 85,94
2	Brinquedo caminhão cegonha com carrinho. Com aproximadamente 60 cm de comprimento e que contenha no mínimo 4 carrinhos. Produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02	R\$ 44,24	R\$ 88,48
3	Jogo de mesa educativo para raciocínio lógico Ligue 4. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02	R\$ 60,07	R\$ 120,14

4	Jogo de tabuleiro educativo de ação com letras. Trava letras. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02	R\$ 163,83	R\$ 327,66
5	Jogo infantil giro mágico com aproximadamente 8 peças produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02	R\$ 140,67	R\$ 281,34
6	Brinquedo tipo pula pirata produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02	R\$ 53,26	R\$ 106,52
7	Brinquedo produzido em plástico kit médico infantil com itens como termômetro, tesoura, estetoscópio entre outros. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02	R\$ 56,60	R\$ 113,20
8	Quebra cabeça com aproximadamente 60 peças	Caixas	04	R\$ 18,48	R\$ 18,48
9	Brinquedo tipo fazendinha, produzido em madeira ou plástico tipo fazendinha com animais em miniatura. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Kit	02	R\$ 29,23	R\$ 58,46
10	Jogo de blocos de madeira para construir com aproximadamente 20 peças	kit	02	R\$ 68,10	R\$ 136,20
11	Brinquedo infantil produzido em plástico kit ferramentas. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	kit	02	R\$ 26,80	R\$ 53,60
12	Brinquedo jogo de memória em produzido em	kit	02	R\$ 17,09	R\$ 34,80

	papel cartão.				
13	Livro Protocolo IPPL (Protocolo de identificação precoce dos problemas de leitura. Autor Capellini.	Unidade	02	R\$ 88,73	R\$ 177,46
14	Conjunto de mesa com 4 cadeiras infantil. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Conjunto	01	R\$ 762,53	R\$ 762,53
15	Tubo de ressonância para exercício vocal produzido em silicone com aproximadamente 35cm	Unidades	05	R\$ 26,01	R\$ 130,05
16	Exercitador e incentivador respiratório. Tipo Respiron	Unidades	02	R\$ 38,69	R\$ 77,38
17	Corante alimentar líquido azul	Unidades	01	R\$ 2,73	R\$ 27,30
18	Exercitador de língua. Kit com 3 unidades em plástico. Indicado para uso fonoaudiológico.	Kit	01	R\$ 126,42	R\$ 126,42
19	Disco inflável para exercício de equilíbrio com bomba de ar, que suporte até 150 kg. Produto vinílico resistente.	Unidade	01	R\$ 60,97	R\$ 60,97
20	Kit quadro branco 60cm x 40cm com canetas e apagador	Kit	01	R\$ 75,01	R\$ 75,01
21	Pacote de elásticos em látex coloridos n° 18. Contendo 100 gramas.	Pacote	05	R\$ 4,78	R\$ 4,78
22	Corde de pular produzida em PVC com aproximadamente 2,5 m	Unidade	01	R\$ 27,07	R\$ 27,07
23	Kit funcional em fisioterapia, kit composto por 5 argolas e 5 cones para desenvolvimento de agilidade.	kit	01	R\$ 72,88	R\$ 72,88
24	Bambolê para atividade física 60 centímetros de diâmetro	Unidade	05	R\$ 8,89	R\$ 44,45
25	Kit pregador de roupa em plástico	Kit	04	R\$ 4,89	R\$ 19,56
26	Pote de massa de modelar com base em amido. Pote com 500 gramas. atóxico	Pote	03	R\$ 8,99	R\$ 26,97
27	Areia mágica cinética pote com 200 gramas. Produto atóxico.	Pote	02	R\$ 15,28	R\$ 24,56
28	Pacote de pompons de cores diversas produzido em 100% poliéster com bolinhas de 20 mm de	Pacote	01	R\$ 23,17	R\$ 23,17

	diâmetro				
29	Placa de alinhavo para coordenação motora	Unidade	01	R\$ 25,67	R\$ 25,67
30	Caixa de escrita sensorial com areia produzido em madeira, com letras do alfabeto e 2 pacotes de areia sensorial	Kit	01	R\$ 105,60	R\$ 105,60
31	Tapete sensorial com no mínimo 5 cores e texturas diferentes	Unidade	01	R\$ 155,02	R\$ 155,02
32	Caixa em MDF cru 10x10x5cm	Unidade	30	R\$ 6,46	R\$ 193,80
33	Porta retrato em MDF 10x15cm	Unidade	30	R\$ 11,17	R\$ 335,10
34	Porta guardanapo em MDF retangular ou meia lua	Unidade	30	R\$ 6,15	R\$ 184,50
35	Linha de Crochê Anne 500 cores diversas	Rolos	03	R\$ 24,38	R\$ 73,14
36	Linha de Crochê Clea 500 cores diversas	Rolos	03	R\$ 18,49	R\$ 55,47
37	Linha para bordado à mão Meada Anchor cores diversas	Unidade	20	R\$ 3,46	R\$ 69,20
38	Agulha para crochê 1,5mm	Unidade	05	R\$ 3,63	R\$ 18,15
39	Agulha para crochê 2,0mm	Unidade	05	R\$ 4,62	R\$ 23,10
40	Agulha para bordado n° 22	Unidade	10	R\$ 1,78	R\$ 17,80
41	Agulha para bordado n° 24	Unidade	10	R\$ 4,64	R\$ 46,40
42	Agulha para bordado n° 26	Unidade	10	R\$ 4,89	R\$ 48,90
43	Tecido de étamine para bordado 100% algodão. 10 metros	Metros	10	R\$ 23,40	R\$ 234,00
44	Tecido Tricoline para artesanato estampa diversas. 10 metros.	Metros	10	R\$ 21,33	R\$ 213,30
45	Pano de copa branco em 100% algodão. De medidas aproximadas de 40x70 centímetros.	Unidade	50	R\$ 4,29	R\$ 214,50
46	Camiseta branca reta, gola canoa em 100% algodão em algodão para customização tamanho Médio.	Unidade	10	R\$ 12,98	R\$ 129,80
47	Camiseta branca reta, gola canoa em 100% algodão em algodão para customização tamanho Grande.	Unidade	10	R\$ 10,52	R\$ 105,20
48	Tela branca para pintura 20x30cm	Unidade	50	R\$ 8,16	R\$ 408,00
49	Tela branca para pintura 40x60cm	Unidade	04	R\$ 21,75	R\$ 87,00
50	Tinta para tecidos, pote com 37 ml aproximadamente (cores conforme solicitação)	Unidade	30	R\$ 7,86	R\$ 235,80

51	Tinta Acrílica para artesanato 100 gramas (cores diversas conforme solicitação)	Unidade	50	R\$ 13,15	R\$ 657,50
52	Pincel chato para artesanato n° 16	Unidade	05	R\$ 3,03	R\$ 15,15
53	Pincel chato para artesanato n° 12	Unidade	05	R\$ 4,58	R\$ 22,90
54	Pincel chato para artesanato n° 10	Unidade	05	R\$ 2,49	R\$ 12,45
55	Pincel chato para artesanato n° 08	Unidade	05	R\$ 1,16	R\$ 5,80
56	Pincel chato para artesanato n° 02	Unidade	05	R\$ 1,48	R\$ 7,40
57	Pistola de cola quente 7mm	Unidade	03	R\$ 14,95	R\$ 44,85
58	Pistola de cola quente 11mm	Unidade	03	R\$ 18,25	R\$ 54,75
59	Bastão de cola quente 7mm pacote c/ 500 gramas	Pacote	03	R\$ 32,86	R\$ 98,58
60	Bastão de cola quente 11mm pacote com 500 gramas	Pacote	03	R\$ 33,26	R\$ 99,78
61	Papel Canson para desenhos gramatura de 140g/m A4. Bloco com 20 folhas	Pacote	05	R\$ 6,87	R\$ 34,35
62	Papelão Paraná natural n° 120 520 gramas 80x100cm. Pacote com 10 unidades	Unidade	05	R\$ 4,37	R\$ 21,85
63	Massa de modelar 12 cores 90 gramas	Caixa	20	R\$ 3,36	R\$ 67,20
64	Palito para picolé em madeira. Pacote com 100 unidades	Pacote	05	R\$ 5,75	R\$ 28,75
65	Fio de elástico em silicone para confecção de bijuteria 8mm por 100 metros.	Rolo	06	R\$ 20,61	R\$ 123,66
66	Fecho modelo tipo lagosta em metal 15mm	Unidade	100	R\$ 0,33	R\$ 33,00
67	Kit miçangas para pulseira pacote com 1000 unidades (cores diversas)	Pacote	05	R\$ 52,43	R\$ 262,15

Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.22. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.23. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.24. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

1.25. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

DISPOSIÇÕES FINAIS

1.26. Deverão ser obedecidas às seguintes condições gerais:

1.27. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecido que:

a) Em caso de dúvidas quanto à interpretação de qualquer documentação e das prescrições contidas no presente Termo de Referência, será consultada a Secretaria Municipal de Saúde e o Departamento de Licitações do município.

APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREÂMBULO

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais terapêuticos para atendimento multidisciplinar em saúde.

Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Saúde.

ESTUDOS

(Realizados nos termos do 1º. Do artigo 18 da lei de Licitações e contratos Administrativos (nº. 14.133/21).

1- Descrição da necessidade da contratação

O presente estudo técnico preliminar tem o objetivo de embasar o processo licitatório para a aquisição de materiais para uso dos profissionais fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas. Esse documento tem a finalidade de garantir a legalidade do processo licitatório, bem como garantir que os materiais adquiridos atendam às necessidades dos pacientes atendidos pelos devidos profissionais, garantido uma quantidade e materiais adequados. Ressalto que este estudo está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que institui o novo marco legal das licitações e contratos.

1.3 Previsão da contratação

A modalidade de aquisição pretendida é pregão eletrônico (ata de registros de preços) e a presente contratação integra o orçamento geral do município no segmento de atendimento em saúde, consignado junto à pasta da Secretaria Municipal de Saúde, de modo que foi efetivamente prevista na Lei Orçamentária Anual do exercício corrente Lei Municipal n. 3.426, de 19 de dezembro de 2.023.

1.4 Justificativa de contratação

O presente estudo visa à aquisição de materiais destinados à execução de atendimentos nas áreas de fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, em atendimento às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Tais serviços integram a rede de atenção à saúde e desempenham papel fundamental na promoção, prevenção e reabilitação dos usuários, especialmente aqueles com limitações funcionais, motoras e comunicativas. Para tanto, faz-se indispensável a disponibilização de materiais adequados, que garantam suporte técnico às atividades desenvolvidas pelos profissionais.

A insuficiência ou ausência desses itens compromete a continuidade dos atendimentos e a efetividade das intervenções terapêuticas, podendo acarretar prejuízos à recuperação dos pacientes, além de potencial aumento da demanda por serviços de maior complexidade dentro da rede pública.

Diante disso, a aquisição pretendida mostra-se necessária para assegurar a manutenção dos serviços ofertados, em consonância com os princípios da eficiência, continuidade e integralidade que regem o SUS, bem como para garantir condições adequadas de trabalho aos profissionais e atendimento de qualidade à população.

2 Estimativa das quantidades e valores estimados

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
-------------	------------------	----------------	-------------------	-----------------------	--------------------

1	Brinquedo cesta de frutas e legumes com aproximadamente 14 peças. Produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	unidade	02	R\$ 42,97	R\$ 85,94
2	Brinquedo caminhão cegonha com carrinho. Com aproximadamente 60 cm de comprimento e que contenha no mínimo 4 carrinhos. Produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02	R\$ 44,24	R\$ 88,48
3	Jogo de mesa educativo para raciocínio lógico Ligue 4. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02	R\$ 60,07	R\$ 120,14
4	Jogo de tabuleiro educativo de ação com letras. Trava letras. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02	R\$ 163,83	R\$ 327,66
5	Jogo infantil giro mágico com aproximadamente 8 peças produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02	R\$ 140,67	R\$ 281,34
6	Brinquedo tipo pula pirata produzido em plástico. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Unidade	02	R\$ 53,26	R\$ 106,52
7	Brinquedo produzido em plástico kit médico infantil com itens como termômetro, tesoura, estetoscópio entre outros. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do	Unidade	02	R\$ 56,60	R\$ 113,20

	INMETRO.				
8	Quebra cabeça com aproximadamente 60 peças	Caixas	04	R\$ 18,48	R\$ 18,48
9	Brinquedo tipo fazendinha, produzido em madeira ou plástico tipo fazendinha com animais em miniatura. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Kit	02	R\$ 29,23	R\$ 58,46
10	Jogo de blocos de madeira para construir com aproximadamente 20 peças	kit	02	R\$ 68,10	R\$ 136,20
11	Brinquedo infantil produzido em plástico kit ferramentas. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	kit	02	R\$ 26,80	R\$ 53,60
12	Brinquedo jogo de memória em produzido em papel cartão.	kit	02	R\$ 17,09	R\$ 34,80
13	Livro Protocolo IPPL (Protocolo de identificação precoce dos problemas de leitura. Autor Capellini.	Unidade	02	R\$ 88,73	R\$ 177,46
14	Conjunto de mesa com 4 cadeiras infantil. Produto deve conter conforme legislação vigente número de registro/certificação do INMETRO.	Conjunto	01	R\$ 762,53	R\$ 762,53
15	Tubo de ressonância para exercício vocal produzido em silicone com aproximadamente 35cm	Unidades	05	R\$ 26,01	R\$ 130,05
16	Exercitador e incentivador respiratório. Tipo Respirom	Unidades	02	R\$ 38,69	R\$ 77,38
17	Corante alimentar líquido azul	Unidades	01	R\$ 2,73	R\$ 27,30
18	Exercitador de língua. Kit com 3 unidades em plástico. Indicado para uso fonoaudiológico.	Kit	01	R\$ 126,42	R\$ 126,42
19	Disco inflável para exercício de equilíbrio com bomba de ar, que suporte até 150 kg. Produto vinílico resistente.	Unidade	01	R\$ 60,97	R\$ 60,97

20	Kit quadro branco 60cm x 40cm com canetas e apagador	Kit	01	R\$ 75,01	R\$ 75,01
21	Pacote de elásticos em látex coloridos n° 18. Contendo 100 gramas.	Pacote	05	R\$ 4,78	R\$ 4,78
22	Corde de pular produzida em PVC com aproximadamente 2,5 m	Unidade	01	R\$ 27,07	R\$ 27,07
23	Kit funcional em fisioterapia, kit composto por 5 argolas e 5 cones para desenvolvimento de agilidade.	kit	01	R\$ 72,88	R\$ 72,88
24	Bambolê para atividade física 60 centímetros de diâmetro	Unidade	05	R\$ 8,89	R\$ 44,45
25	Kit pregador de roupa em plástico	Kit	04	R\$ 4,89	R\$ 19,56
26	Pote de massa de modelar com base em amido. Pote com 500 gramas. atóxico	Pote	03	R\$ 8,99	R\$ 26,97
27	Areia mágica cinética pote com 200 gramas. Produto atóxico.	Pote	02	R\$ 15,28	R\$ 24,56
28	Pacote de pompons de cores diversas produzido em 100% poliéster com bolinhas de 20 mm de diâmetro	Pacote	01	R\$ 23,17	R\$ 23,17
29	Placa de alinhavo para coordenação motora	Unidade	01	R\$ 25,67	R\$ 25,67
30	Caixa de escrita sensorial com areia produzido em madeira, com letras do alfabeto e 2 pacotes de areia sensorial	Kit	01	R\$ 105,60	R\$ 105,60
31	Tapete sensorial com no mínimo 5 cores e texturas diferentes	Unidade	01	R\$ 155,02	R\$ 155,02
32	Caixa em MDF cru 10x10x5cm	Unidade	30	R\$ 6,46	R\$ 193,80
33	Porta retrato em MDF 10x15cm	Unidade	30	R\$ 11,17	R\$ 335,10
34	Porta guardanapo em MDF retangular ou meia lua	Unidade	30	R\$ 6,15	R\$ 184,50
35	Linha de Crochê Anne 500 cores diversas	Rolos	03	R\$ 24,38	R\$ 73,14
36	Linha de Crochê Clea 500 cores diversas	Rolos	03	R\$ 18,49	R\$ 55,47
37	Linha para bordado à mão Meada Anchor cores diversas	Unidade	20	R\$ 3,46	R\$ 69,20
38	Agulha para crochê 1,5mm	Unidade	05	R\$ 3,63	R\$ 18,15
39	Agulha para crochê 2,0mm	Unidade	05	R\$ 4,62	R\$ 23,10
40	Agulha para bordado n° 22	Unidade	10	R\$ 1,78	R\$ 17,80
41	Agulha para bordado n° 24	Unidade	10	R\$ 4,64	R\$ 46,40

42	Agulha para bordado n° 26	Unidade	10	R\$ 4,89	R\$ 48,90
43	Tecido de étamine para bordado 100% algodão. 10 metros	Metros	10	R\$ 23,40	R\$ 234,00
44	Tecido Tricoline para artesanato estampa diversas. 10 metros.	Metros	10	R\$ 21,33	R\$ 213,30
45	Pano de copa branco em 100% algodão. De medidas aproximadas de 40x70 centímetros.	Unidade	50	R\$ 4,29	R\$ 214,50
46	Camiseta branca reta, gola canoa em 100% algodão em algodão para customização tamanho Médio.	Unidade	10	R\$ 12,98	R\$ 129,80
47	Camiseta branca reta, gola canoa em 100% algodão em algodão para customização tamanho Grande.	Unidade	10	R\$ 10,52	R\$ 105,20
48	Tela branca para pintura 20x30cm	Unidade	50	R\$ 8,16	R\$ 408,00
49	Tela branca para pintura 40x60cm	Unidade	04	R\$ 21,75	R\$ 87,00
50	Tinta para tecidos, pote com 37 ml aproximadamente (cores conforme solicitação)	Unidade	30	R\$ 7,86	R\$ 235,80
51	Tinta Acrílica para artesanato 100 gramas (cores diversas conforme solicitação)	Unidade	50	R\$ 13,15	R\$ 657,50
52	Pincel chato para artesanato n° 16	Unidade	05	R\$ 3,03	R\$ 15,15
53	Pincel chato para artesanato n° 12	Unidade	05	R\$ 4,58	R\$ 22,90
54	Pincel chato para artesanato n° 10	Unidade	05	R\$ 2,49	R\$ 12,45
55	Pincel chato para artesanato n° 08	Unidade	05	R\$ 1,16	R\$ 5,80
56	Pincel chato para artesanato n° 02	Unidade	05	R\$ 1,48	R\$ 7,40
57	Pistola de cola quente 7mm	Unidade	03	R\$ 14,95	R\$ 44,85
58	Pistola de cola quente 11mm	Unidade	03	R\$ 18,25	R\$ 54,75
59	Bastão de cola quente 7mm pacote c/ 500 gramas	Pacote	03	R\$ 32,86	R\$ 98,58
60	Bastão de cola quente 11mm pacote com 500 gramas	Pacote	03	R\$ 33,26	R\$ 99,78
61	Papel Canson para desenhos gramatura de 140g/m A4. Bloco com 20 folhas	Pacote	05	R\$ 6,87	R\$ 34,35
62	Papelão Paraná natural n° 120 520 gramas 80x100cm. Pacote com 10	Unidade	05	R\$ 4,37	R\$ 21,85

	unidades				
63	Massa de modelar 12 cores 90 gramas	Caixa	20	R\$ 3,36	R\$ 67,20
64	Palito para picolé em madeira. Pacote com 100 unidades	Pacote	05	R\$ 5,75	R\$ 28,75
65	Fio de elástico em silicone para confecção de bijuteria 8mm por 100 metros.	Rolo	06	R\$ 20,61	R\$ 123,66
66	Fecho modelo tipo lagosta em metal 15mm	Unidade	100	R\$ 0,33	R\$ 33,00
67	Kit miçangas para pulseira pacote com 1000 unidades (cores diversas)	Pacote	05	R\$ 52,43	R\$ 262,15

2.2 Levantamento de mercado

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se adequada para a presente contratação, tendo em vista que os materiais destinados aos atendimentos de fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia são utilizados de forma contínua e conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando que não é possível prever com exatidão o quantitativo a ser consumido ao longo do período, em razão da variação no número de atendimentos e nas necessidades dos pacientes, o SRP permite maior flexibilidade na gestão dos recursos, possibilitando aquisições parceladas conforme a real necessidade da Administração.

Nesse contexto, o SRP permite aquisições parceladas, conforme a necessidade efetiva da Administração, evitando tanto o desabastecimento quanto a formação de estoques excessivos, além de proporcionar melhor gestão orçamentária e maior eficiência no controle de consumo.

Assim, o Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada para garantir flexibilidade, economicidade e continuidade dos serviços públicos de saúde.

A pesquisa de preços destinada à estimativa do valor da contratação foi devidamente formalizada nos autos do processo administrativo, em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis à formação do preço estimado.

Para a composição do orçamento estimativo, utilizou-se o sistema **Banco de Preços**, ferramenta que consolida dados provenientes de contratações públicas realizadas por diversos órgãos e entidades da Administração Pública, possibilitando a obtenção de parâmetros confiáveis e compatíveis com o mercado.

Foram selecionadas contratações similares ao objeto pretendido, observando-se a compatibilidade das especificações técnicas, quantitativos e período de realização. A estimativa foi formada com base na **média aritmética de três fontes distintas**, garantindo maior segurança e representatividade dos valores apurados.

Durante a análise dos dados coletados, procedeu-se à desconsideração de valores manifestamente inexequíveis ou discrepantes em relação ao padrão de mercado, de modo a evitar distorções na composição do preço estimado e assegurar maior fidedignidade ao orçamento.

O relatório detalhado da pesquisa, contendo as fontes consultadas, datas das consultas, parâmetros utilizados e memória de cálculo, encontra-se devidamente anexado aos autos, assegurando a transparência, rastreabilidade e adequada instrução processual da contratação.

3 Descrição da solução como um todo e análise de riscos

A solução consiste na aquisição de materiais voltados à execução de atendimentos terapêuticos nas áreas de fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia, incluindo itens necessários ao desenvolvimento de atividades de reabilitação física, estímulo cognitivo e comunicação.

A contratação deverá assegurar o fornecimento contínuo e conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo suporte adequado às atividades desenvolvidas pelos profissionais e a manutenção da qualidade dos serviços prestados à população.

A não aquisição dos materiais pode acarretar:

Interrupção dos atendimentos;

Prejuízo à reabilitação dos pacientes;

Agravamento de condições de saúde;

Aumento da demanda por serviços de maior complexidade.

A aquisição tempestiva dos itens mitiga tais riscos e assegura a continuidade dos serviços.

3.2 Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

A contratação ocorrerá de forma parcelada com vistas a aquisição necessária conforme solicitação desta secretaria municipal de saúde.

Com vistas a estimular a ampla competição, a Prefeitura Municipal opta por processar o presente registro de preços pelo critério de adjudicação de menor preço por item, permitindo que cada licitante participe dos itens de seu interesse, bem como vençam aqueles em que tenha preços mais competitivos.

3.3 Resultados pretendidos

Pretende-se com a presente contratação alcançar a necessidade da administração, de modo a atender a demanda dos setores atendidos pela secretaria de saúde.

3.4 providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato

Considerando que a Administração Pública deverá definir o objeto no TR com todos os seus elementos essenciais e acidentais, homenageando a qualidade, o benefício, a superioridade e, enfim, a vantagem que não é – em absoluto – sinônimo de menor valor, o edital deve prever mecanismo de obtenção de qualidade e estabelecer as exigências de qualificação técnica e econômico-financeira que sejam pertinentes e correlatas ao cumprimento das obrigações assumidas, acompanhando o mandamento constitucional estampado no inciso XXI do artigo 37 da Carta Maior. Serão estabelecidas premissas para a execução contratual, valorizando-se a qualidade e os demais objetivos que informam o processo de aquisição e demais informações como encargos, dotações orçamentárias e recursos, obrigações das partes, rescisão do contrato, penalidades, pagamentos e demais disposições gerais.

3.5 contratações correlatas e/ou interdependentes

A aquisição independe de outras contratações.

3.6 Descrições de possíveis impactos ambientais

Os impactos ambientais decorrentes da aquisição são considerados baixos, limitando-se à geração de resíduos provenientes do uso e descarte dos materiais.

Como medida mitigadora, recomenda-se o descarte adequado dos resíduos, conforme as normas ambientais e sanitárias vigentes.

4. Conclusão

4.1 Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina: ante o exposto, a secretaria que este Estudo Técnico Preliminar subscreve e entendem que a aquisição por meio de pregão eletrônico é o meio

adequado e pertinente às necessidades da municipalidade, atendendo aos requisitos do interesse público, pleiteando seu prosseguimento.

ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL

PREGÃO ELETRONICO Nº «PREGÃO_ELETRÔNICO»

(Processo Administrativo nº. «PROCESSO»)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º «ATA DE REGISTRO DE PREÇOS»

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL**, com sede à Rua Guilherme Silva, n. 337, Centro, CEP 14.180-000, Pontal/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 45.352.267/0001-86, neste ato representada pelo Sr. **JOSÉ CARLOS NEVES SILVA**, Prefeito Municipal, e a empresa «**FORNECEDOR**», inscrita no CNPJ n. «CNPJ», sediada na «**ENDEREÇO**», representada por «**REPRESENTANTE**», «**CARGO**», portador do RG n. «**RG**», e do CPF n. «**CPF**», residente e domiciliado na «**ENDEREÇO1**», telefone e e-mail para contato «**TELEFONE**», «**EMAIL**» considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. «**PREGÃO_ELETRÔNICO**», processo administrativo nº «**PROCESSO**», RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o «**OBJETO**» especificado(s) no Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					TOTAL	R\$

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.2. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura da ata de registro de preços, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.8. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.9. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.10. Mantiverem sua proposta original.

5.11. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.12. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.13. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.14. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.14.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital,e

5.14.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

5.15. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.16. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.17. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.18. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.19. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.20. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.21. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação,com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.22. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.23. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.3. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.4. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.5. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.6. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.7. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.8. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.9. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.10. Por razão de interesse público;

9.11. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.12. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. Para a Fiscalização Técnica desta Ata, fica designada pelo Órgão Gerenciador Sr. **Daniel Antônio de Sousa** Telefone: (16) 3953-1921 e-mail: mecanica@pontal.sp.gov.br; e pela Detentora da **Ata «REPRESENTANTE»**, «CARGO», contato: «TELEFONE», «EMAIL» a troca de correspondências entre as partes deverá ser feita utilizando-se os endereços constantes nesta ata.

11.3. Para atuação como Gestora desta Ata, fica designada a Sr^a. **Lorena Marcell de Souza**, Telefone: (16) 3953-9999, e-mail: gestaodecontratos@pontal.sp.gov.br, conforme Portaria n. 206, de 12 de julho de 2.023.

11.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Pontal, de de 2.026

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ORDENADOR DE DESPESA

«FORNECEDOR»

«REPRESENTANTE»

«CARGO»

Contratado

Testemunhas:

1. Nome: _____
Documento: _____

2. Nome: _____
Documento: _____

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

ANEXO II - MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ/CPF:

ENDEREÇO COMPLETO: TELEFONE: E-MAIL INSTITUCIONAL:

Item	Qtd.	Unidade	Marca	Produto	Valor Unitário	Valor Total
-	-	-	-	-	R\$	R\$

VALOR TOTAL: R\$

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Todos os custos decorrentes da entrega na sede correm por conta da contratada.

DADOS BANCÁRIOS DE ACORDO COM CNPJ DA EMPRESA:

BANCO Nº Nº DA AGÊNCIA Nº DA CONTA CORRENTE:

NOME DO RESPONSÁVEL PARA ASSINAR CONTRATO/CARGO

RG: CPF:

E-mail institucional: E-mail pessoal:

Data de Nascimento:

Endereço: Telefone:

Declaramos nossa inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e às cláusulas e condições do respectivo Edital que trata a presente proposta; que observaremos, integralmente e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XXX

PROCESSO Nº. XXX

À Prefeitura Municipal de Pontal

Setor de Licitações

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), cnpj _____, endereço completo _____, interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, vem apresentar as declarações abaixo, sob as penas da lei:

1. Declaração de inexistência de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa [NOME DA EMPRESA], CNPJ nº [número], não se encontra impedida de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 63, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

2. Declaração de inexistência de fato impeditivo

Declaro que até a presente data não existem fatos impeditivos para a habilitação da empresa acima identificada no presente certame, estando apta a contratar com a Administração Pública, comprometendo-me a comunicar qualquer fato superveniente.

3. Declaração quanto ao trabalho do menor

Declaro, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que a empresa não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

4. Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente

Declaramos que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, sem qualquer tipo de conluio, acordo ou prática anticompetitiva com outro(s) licitante(s), nos termos das boas práticas de integridade e ética nas contratações públicas.

5. Declaração de ciência e aceitação das condições do edital

Declaramos que temos pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas no edital e em seus anexos, comprometendo-nos ao seu integral cumprimento.

6. Declaração negativa quanto à natureza jurídica vedada

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não se caracteriza como associação privada, ainda que sem fins lucrativos, nem como qualquer outra pessoa jurídica de direito privado vedada de participar do presente certame, conforme disposto edital.

7. Declaração de veracidade das informações

Declaramos que todas as informações prestadas, documentos apresentados e declarações firmadas são verídicas, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, cientes de que a falsidade de qualquer dado poderá acarretar a aplicação das penalidades cabíveis.

8. (Opcional) Declaração de enquadramento como ME/EPP

Declaramos que a empresa está enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme definido na Lei Complementar nº 123/2006, fazendo jus ao tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação.